

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME I

LV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

INSURREIÇÕES LIBERAIS: FENÔMENO URBANO? (*).

— — — — —
SERGIO LOBO DE MOURA
IZABEL MARSON
ZÉLIA CAVALCANTI

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Este trabalho foi motivado por algumas dúvidas deixadas pelos estudos até agora realizados sobre as “insurreições liberais” no Brasil na primeira metade do século XIX. Não se pretende substituir com ele as interpretações existentes, mas apenas levantar problemas e sugerir proposições, com base em pesquisas que estão sendo realizadas em nível de pós-graduação junto à área de História Social no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Esta comunicação se baseia em pesquisas subordinadas aos seguintes temas: “Pensamento político e religioso de Frei Caneca”, “O processo revolucionário na Bahia no período regencial: a Sabinada. Contribuição ao estudo da história das mentalidades”, “Formas de consciência social na Rebelião Praieira: os jornais” (1). Em decorrência, se procurará visualizar a problemática das “insurreições liberais” a partir dos movimentos de 1824 (Confederação do Equador), 1837 (Sabinada) e 1848 (Rebelião Praieira).

As “insurreições liberais”, em especial aquelas ocorridas na primeira metade do século XIX, têm sido vistas como expressão das primeiras “idéias democráticas” no Brasil, estreitamente vinculadas a uma “influência européia”, no que concerne, principalmente, ao

(*) . — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, Equipe B, dia 6 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

(1) . — Essas pesquisas estão sendo realizadas respectivamente por Sérgio Lobo de Moura, Zélia Cavalcanti e Izabel Marson. As duas últimas pesquisas são financiadas pela FAPESP.

seu “ideal” e às suas “proposições”. A preocupação fundamental da historiografia que se dedica ao assunto é a busca do “sentido” e do “carater” dos movimentos, e termina por fixar que foram movimentos populares, revolucionários, fenômenos urbanos onde se ressalta a doutrinação da massa popular por meio de jornais e comícios (2).

O estágio atual das pesquisas mencionadas acima, que servem de base à presente comunicação, permite colocar em dúvida algumas destas afirmações, de um modo particular a caracterização de todas as insurreições como *fenômeno urbano*. Permite igualmente contestar a forma artificial como todos esses diversos movimentos são às vezes reduzidos a um mesmo esquema de análise, escamoteando-se as características próprias que os distinguem entre si, e o caráter regional de cada um deles.

I

“Os pacíficos habitantes do interior conservam-se indiferentes à causa da dissensão, e habituados à obediência implícita, não estavam dispostos a abraçar a causa da revolta”.

Assim se refere o historiador inglês John Armitage à atitude assumida pelos proprietários rurais face à Confederação do Equador, quando redige a sua *História do Brasil* alguns anos após os acontecimentos (3). Encontramos afirmações semelhantes em Fernando de Azevedo (4) e Amaro Quintas (5), além de outros autores de menor expressão. Pode-se falar portanto da existência de uma corrente na historiografia da Confederação do Equador, que procura explicá-la como um movimento insurrecional tipicamente urbano, fruto da agitação maçônica, que não logrou apoio dos proprietários do interior da província. Na realidade, tal tipo de explicação não resiste a uma análise mais cerrada da documentação existente sobre o movimento.

A revolta pernambucana de 1824 eclodiu, como se sabe, com base numa dupla motivação: dissolução da Assembléia Constituinte pelo Imperador, a 12 de novembro de 1823, e a tentativa do governo imperial de impor à província um presidente popular. Na

(2). — Nos referimos aqui à historiografia tradicional sobre o tema.

(3). — 3ª ed. brasileira. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943, p. 141.

(4). — *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. 2ª edição. Melhoramentos, s/ data, pp. 105-122.

(5). — “A agitação republicana no Nordeste”, in *História Geral da Civilização Brasileira* (dirigida por Sérgio Buarque de Holanda), v. 3. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, pp. 207-237.

realidade o que se esconde por trás de ambos esses móveis é a reivindicação de uma autonomia provincial, a luta contra a tendência centralizadora da administração imperial, consagrada na carta outorgada de 1824, e que encontra na forma de nomeação do presidente da província como que sua manifestação típica no contexto político pernambucano. Pela Constituição de 1824, as câmaras municipais tiveram seus poderes e atribuições limitados pelos “conselhos gerais”, ou assembleias provinciais, e estas, por sua vez, foram colocadas sob a dependência da Assembléia Geral. Isto significa, em última instância, um cerceamento do poder dos senhores rurais, que controlavam as câmaras municipais (6). Se a dissolução da Constituinte e a outorga da Constituição ofendiam os brios liberais da elite bem pensante, e a nomeação direta pelo Imperador do presidente da província feria os pruridos de autonomia regional, é bom reconhecer que havia, ao lado de tudo isso, razões bem práticas, no âmbito do exercício do poder pelos que tradicionalmente o detinham nas vilas, para um descontentamento. Razões que não se restringiam a um contexto urbano, se como tal entendemos apenas o de Olinda e Recife em Pernambuco.

Se se considerar a maneira como se efetuou a insurreição, e as pessoas nela envolvidas, tampouco se poderá justificar a sua catalogação como “movimento urbano”. O foco inicial da rebelião consistiu sem dúvida na cidade de Recife, logo seguida por Olinda. Mas não faltou desde o início, a adesão de outras localidades. Há a vista a sessão conjunta dos delegados das câmaras municipais de Olinda, Recife, Igaracú, Pau d’Alho, Cabo, Limoeiro e Serinhaem, na qual se decidiu impedir a posse do morgado Francisco Pais Barreto, nomeado presidente da província pelo imperador, sessão esta realizada a 21 de fevereiro de 1824 (7). Seria descabido supor que a composição de sete câmaras pernambucanas fosse urbana, totalmente desvinculada da propriedade rural.

Mesmo no caso dos líderes aparentemente mais “urbanos” do movimento, sua vinculação rígida e exclusiva a um contexto puro e simplesmente urbano seria artificial. Os interesses econômicos, os nexos familiares, a representatividade social, apresentam-se sempre, em Pernambuco de 1824, como uma rede complexa em que cidade e campo estão difusamente emaranhados. Frei Caneca, um dos mais conhecidos líderes do movimento, nasceu e formou-se em Recife.

(6). — Cf. Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo, IEB 1969, p. 303.

(7). — Cf. Francisco Adolfo de Varnhagen, *História da independência do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1957. p. 303.

indubitavelmente. Tornou-se, ainda jovem, religioso carmelita, isto é, ligou-se a uma instituição religiosa que tinha em Pernambuco sólidos interesses econômicos de ordem rural (8). Em seus escritos manifesta-se defensor acérrimo da propriedade como direito natural (lembre-se que propriedade, no contexto brasileiro da época, é quase sinônimo de propriedade rural) e, se ridiculariza por vezes a aristocracia enquanto significa apego a títulos e privilégios de nobreza, isto não o impede de sair a campo eventualmente para defender os homens do engenho (9).

Quando já fora desbaratada a rebelião pelas forças imperiais e os últimos contingentes do exército “revolucionário” se embrenhavam em fuga pelo sertão, encontravam, segundo testemunho do próprio Caneca (10), possibilidades de abrigo e pousada junto a proprietários simpatizantes, e muitos elementos se deixavam ficar em suas próprias terras que cruzavam no caminho.

De tudo o que foi exposto, pode-se concluir seguramente que a Confederação do Equador constituiu um movimento eclodido na cidade do Recife, que contou com o apoio de localidades do interior da província, integrou elementos ligados à aristocracia rural, e ligava-se ideologicamente a interesses rurais.

II

No ano de 1837, entre os vários periódicos que circulavam na cidade de Salvador, capital da província da Bahia, um se destacava pelas críticas sistemáticas ao governo regencial em sua extrema centralização, à forma de distribuição da receita geral do Império, à ineficiência do Legislativo, à fraqueza e indolência dos presidentes provinciais e à total incapacidade administrativa. Na defesa dos ideais da democracia liberal o *Novo Diário da Bahia* propunha

“(...) huma modificação, seja qual for, na machina social que terminasse com (...)” (...)“ tão grande desmantelação” (...) (...)“ pela falta causada principalmente

(8). — Cf. Carlos Guilherme Mota, *Nordeste 1817*. São Paulo, Perspectiva, 1972. pp. 25 s.

(9). — “Resposta às calúnias e falsidades da Arara Pernambucana...”, in *Obras políticas e literárias de fr. Joaquim do Amor Divino Caneca*, colecionadas pelo comendador Antonio Joaquim de Melo. Recife, Tip. Mercantil, 1875. T. 1, p. 254.

(10). — “Itinerário que fez Frei Caneca, saindo de Pernambuco a 16 de setembro de 1824, para a província do Ceará Grande”, in *Obras políticas e literárias*, t. 1.

de ingerência do povo nas cousas públicas (...) por falta de espírito democrático (...)" (11).

Seu redator era Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, entusiasta da "(...) liberdade e igualdade civil (...)" como a que "saboreavam" os norte-americanos e defensor da idéia de separação da província frente ao governo central do Rio de Janeiro.

Não eram poucos os que partilhavam dessas idéias ou que se deixaram influenciar por elas. Desde os primeiros anos da Regência que alguns jornais bahianos acusavam o governo central e três vezes fora tentado o federalismo na província: 1831 (Salvador), 1832 (Cachoeira) e 1833 (Salvador), movimentos radicais e efêmeros (12).

Em fins do mês de outubro e início de novembro de 1837, o governo provincial tinha notícia de que se faziam "clubs" e reuniões com a finalidade de levantar a província. O então Presidente da Província, Francisco de Souza Paraiso, pensava serem apenas

"(...) boatos desorganizadores (...)

e não chegou a se preocupar por não ter

"(...) boatos desorganizadores" (...) (...) "ainda dados para avaliar como filhos de uma combinação entre pessoas que possam influir nos destinos da mesma província (...)" (13).

No dia 7 de novembro, uma revolta de caráter separatista, apoiada pelos soldados da Tropa de Linha e parte da população da cidade, destituiu o governo provincial e proclamou a Província da Bahia".

"(...) Estado livre e independente (...) inteira e perfeitamente desligada do governo denominado — Central do Rio de Janeiro (...)" (14).

A Sabinada, nome pelo qual o movimento passou a ser conhecido, encontra sua especificidade nos seguintes fatos: a tomada de poder não ter sido precedida por choque armado, ter sido efetivado por elementos dos estratos médios da população urbana e sua ação se restringir, quase que exclusivamente, aos limites da cidade de Salvador.

(11). — Publicação do Arquivo Público do Estado da Bahia — *A Revolução de 7 de novembro de 1837* (Sabinada), Bahia, Imprensa Oficial, vol. IV, 1945, pp. 396 a 403.

(12). — Amaral (Braz), *A Bahia do Império à República*, Bahia, Imprensa Oficial.

(13). — Publicações do Arquivo Público do Estado da Bahia — *idem*, p. 395.

(14). — "Ata da Câmara Municipal da Província da Bahia do dia 7 de novembro de 1837" in Amaral (B.), *A Sabinada — História da Revolta da Cidade da Bahia em 1837*, Bahia, Tipografia Bahiana, 1909 .

Quando, no dia 7 de novembro, os insurgentes, reunidos no Forte de São Pedro, se encaminharam para a Câmara Municipal para proclamar o novo governo, o governo legal se retirou para o Recôncavo passando a organizar a repressão com a ajuda dos Corpos da Guarda Nacional comandados pelos senhores de engenhos. Assim, a adesão da Tropa ao movimento impossibilitou a reação do governo legal, e o poder foi abandonado nas mãos dos insurgentes. Os habitantes da cidade ligados diretamente ao interior da província (famílias de senhores de engenho, plantadores de açúcar, etc.) se retiraram, emigrando para o Recôncavo, enquanto que a população realmente urbana, isto é, que tinha seus interesses ligados exclusivamente à cidade, permaneceu em Salvador, se submeteu ao novo governo e muitas vezes colaborou com ele.

O fato de o movimento ter sido efetivado por elementos dos extratos médios da população urbana e ter encontrado a adesão da Tropa e dos segmentos dominados da cidade, parece estar ligado ao quadro de crise por que passou a economia da província nos anos que antecederam a revolta. Como se sabe, durante o período regencial, a província da Bahia atravessou um período de retração frente ao mercado externo com a queda dos preços de seus principais produtos de exportação. A extensão dessa instabilidade econômica para o setor ligado à economia interna da província se caracterizava nas crises de subsistência, com a alta dos preços de alimentos básicos e pela crise financeira decorrente da inundação do mercado interno por moedas falsas. Essas crises afetavam o consumo em geral, principalmente entre setores da população urbana que empobreciam com a queda do valor real dos salários, além de sofrer os efeitos da política financeira do governo central que financiava o *deficit* com emissão de papel moeda e desvalorização da moeda, elevação dos preços de produtos importados e aumento dos impostos — pequenos comerciantes, empregados públicos, empregados do comércio, artesãos, militares, profissionais liberais, etc. Nesse quadro de crise econômica a que vinham se somar os conflitos no plano político, não eram os grandes proprietários e os produtores que de imediato e efetivamente mais se viam prejudicados: embora opusessem resistência, encontravam mecanismos de adaptação para os problemas econômicos ligados à produção e ao comércio, através dos financiamentos, e para os problemas políticos através da representação que mantinham junto ao governo provincial e regencial; sem qualquer possibilidade de participação na política oficial e sofrendo o onus de um quadro de crise econômica efetivo, os setores médios da população urbana tinham motivos bastantes para se insurgirem contra esse estado de coisas. A leitura dos *Autos de Processo* dos rebeldes de 1837 e as

listas de condenados e deportados para fora da província em 1838, possibilita avaliar quais os extratos sociais que se envolveram direta ou indiretamente no movimento; entre os acusados aparecem as seguintes profissões: médico, advogado, militar (oficial e praça), Juiz de Paz, tabelião, escrivão, professor de primeiras letras, comerciante, boticário, alfaiate, ourives, empregado da Alfândega, encarregado da iluminação da cidade, pintor, capelista, marceneiro, ferreiro, caldeireiro, carpinteiro, carapina, calafate, estivador, servente do Teatro, carcereiro, remador, latoeiro, pescador e outros qualificados apenas pela cor da pele como pardo ou crioulo (15).

A organização da repressão, pelos habitantes do Recôncavo, iniciada imediatamente após o estabelecimento do novo governo demonstra o quanto os “donos do poder” na província não estavam interessados, pelo menos naquele momento, em mudanças na forma de governo: uniram suas forças e empregaram suas riquezas no combate a um governo separatista. Os “sabinos” não tiveram o apóio de toda a província como imaginavam e sua ação se restringiu, de novembro de 1837 a março de 1838 aos limites da cidade bloqueada pelas “forças legalistas”; somente em fins de fevereiro, quando a emigração para o interior da província recudescceu em decorrência da situação em que se encontrava a cidade (situada e em crise de abastecimento) e a reação “legalista” se fez sentir com mais força, foram tentadas incursões (alás fracassadas) na tentativa de romper o bloqueio.

III

É praticamente impossível delimitar de forma estanque (em áreas geográficas distintas) um movimento político que tenha as dimensões do movimento praieiro, ou seja, decidir se a “Praieira” foi um movimento *rural* ou *urbano* é tentar seccionar um processo político típico das áreas coloniais.

Compreendemos o movimento praieiro como um processo político que se desenvolveu de 1842 a 1849, expressão regional do processo político parlamentar imperial, na primeira metade do século XIX. Visto por esse ângulo, não se resume às atividades militares conhecidas como “Revolução Praieira” e desenvolvidas em fins de 1848 e início de 1849; assume uma dimensão ampla que se manifesta através de vários planos da prática política. Pelo estudo já concluído podemos ao menos detecta-lo no *plano parlamentar*

(15). — Publicações do Arquivo Público do Estado da Bahia, *idem*, vol. III, 1939.

(assembléias geral e provincial), no *plano da imprensa* (publicações urbanas) e no *plano dos confrontos armados* (expressos por conflitos mútuos de senhores de engenho, dirigindo seus agregados — as chamadas sedições —; e também pela luta armada de 1848-49 — a Rebelião Praieira (16).

Nestes três planos, um dado se faz constante, dado expressivo e típico do relacionamento social num sistema escravista: a *violência*. Podemos percebê-la no teor e na forma das reuniões parlamentares, nas quais os grupos políticos disputam o poder entre si. Na imprensa, os jornais, divididos partidariamente, recompõem em público a luta que se trava nos recintos parlamentares, procurando *denegrir* e mesmo destruir as autoridades políticas, buscando afasta-las do cargo que exercem. No plano dos confrontos armados que se desenvolvem nos engenhos, a disputa assume a forma de violência física que se dá em conflitos armados. Neles personalidades rivais (oposicionistas e governistas) chocam-se com suas forças particulares, angariando simpatias entre seus pares. O objetivo nítido demonstrado é provocar o grupo político no poder, representado na pessoa das autoridades oficiais, mostrando-lhes que não são bem aceitas, não estão mantendo a tranquilidade pública e, portanto, não estão cumprindo o dever primordial exigido: a manutenção da ordem. A violência manifesta nestes vários planos justifica uma tática política repressiva, de vigilância constante, na qual os grupos políticos se revezam no poder cuidando principalmente de manter o *status quo*.

Dos três planos destacados o que melhor temos explorado se refere à imprensa, pois estamos trabalhando principalmente com jornais. Sobre o plano parlamentar consultamos periódicos da época e a bibliografia geral sobre a Praieira (17), enquanto que sobre os confrontos armados, temos como material básico relatórios de Chefes

(16). — “Rebelião Praieira” é a designação usada na época da ocorrência do movimento.

(17). — Os trabalhos mais importantes sobre a Praieira são:

ARAUJO (José Thomaz Nabuco), *Justa Apreciação do Predomínio Praieiro ou História da Dominação da Praia*. Pernambuco, T. União, 1847.

MELLO (Jeronymo M. Figueira de), *Chronica da Rebelião Praieira, em 1848-49*. Rio de Janeiro, T. do Brazil, 1850.

MELLO (Urbano S. P. de), *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. Rio de Janeiro, T. Correio Mercantil de Rodrigues e Cia., 1849.

NABUCO (Joaquim), *Um Estadista do Império*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949.

QUINTAS (A.), *O Sentido Social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

CARNEIRO (E.), *A Insurreição Praieira (1848-49)*. Rio de Janeiro, Conquista, 1960.

de Polícia (1847-49) e de Presidentes da Província (1840-50). Com respeito especificamente à luta armada que se desenvolveu em 1848, utilizamos o trabalho de Edison Carneiro, *A Insurreição Praieira*, que apresenta um estudo detalhado.

O grupo praieiro articulou-se em 1842 e dele faziam parte políticos pernambucanos dissidentes da política adotada pelo então Presidente da Província Francisco do Rego Barros (Barão da Boa Vista), no poder local desde 1837 e reempossado em 1842. Sua permanência no cargo, assim como a eleição da chapa de deputados gerais e províncias neste ano deviam-se à coalisão política entre o grupo Cavalcanti e outras “influências” da província. O rompimento da coalisão e a formação de um grupo político dissidente marcaram o início do movimento praieiro (18), que ocupou a cena parlamentar, da imprensa, e das manobras políticas no interior de 1842 a 1849. O Presidente da Província passou a sofrer pressão na tribuna parlamentar provincial por deputados da oposição sob a chefia de Urbano Sabino Pessoa de Melo, e na Assembléia Geral, por Antônio Nunes Machado. A imprensa do Recife organizou uma equipe jornalística de oposição, cujos trabalhos foram centralizados na Tipografia Imparcial de Luís Inácio Ribeiro Roma, e o *Diário Novo* saiu em combate auxiliado por periódicos e pasquins. Seu objetivo era denunciar, denegrir a figura política do Barão da Boa Vista, exigindo sua renúncia. O grupo no poder respondeu, e o *Diário de Pernambuco*, órgão oficial do governo, ao lado de outros periódicos governistas coloraram-se na defensiva. O grupo oposicionista (praieiros) preocupou-se fundamentalmente em desmoralizar a administração, procurando mostrar sua ineficiência e partidarismo, destacando a política de demissões, as obras públicas, e a incapacidade do governo de manter a ordem, já que no interior registraram-se “sedições”, “desordens” e assassinatos políticos (19). O grupo governista (guabirú) (20), ligado ao ministério em vigor, colocou-se na defensiva desmentindo as acusações da oposição. No interior, foco das movimentações armadas, a política do governo é de severa repressão.

De 1842 a meados de 1845 esta situação se manteve, porque o fiel da balança (a permanência dos conservadores no poder) não se alterou. A subida dos liberais em 1845 interferiu no quadro interno da Província, invertendo os papéis: a antiga oposição (praieiros) tornou-se situação, assumindo a chefia política com a entrega

(18). — O *Guarda Nacional*, nº 11.

(19). — Largamente referidos no *Guarda Nacional* e outros periódicos da Praia.

(20). — “Praieiro” e “Guabirú”, são designações dadas pelos jornais aos partidos em confronto na Província.

da presidência da província a Antônio Pinto Chichorro da Gama, e a ex-situação (guaibirús) passou a ser oposição.

Retoma-se o ciclo de disputa política: nas tribunas, na imprensa, e no interior. Os deputados “guabirús” criticam drasticamente os “praieiros”; o *Diário de Pernambuco*, e *O Lيدador*, ao lado de outros periódicos denigrem e tentam desmoralizar a administração de Chichorro da Gama, exigindo a sua substituição, denunciando sua política de demissões, a péssima condução das obras públicas, além de frisar sua incapacidade de manutenção da ordem, fato justificado pelas “sedições”, “desordens” e assassinatos políticos que se desenrolam em várias comarcas. Os “praieiros” responderam desmentindo as acusações feitas, ao mesmo tempo acusando os “desordeiros” da oposição e tentando abafar com o envio de tropas as “desordens” e “sedições” (21).

A virada política de 1848 alterou esta disposição política; novamente os conservadores ocupam o poder, o que significou em Pernambuco, a volta dos “praieiros” à oposição. Uma última manobra foi tentada pelos praieiros para manter sua posição: a resistência às demissões dos cargos públicos organizando no interior, grupos armados. O movimento armado que se seguiu (novembro 1848-março 1849) efetivou-se em engenhos do interior com elementos fornecidos por esses mesmos engenhos (armas, homens, provisões) (22), e à ele aderiram alguns deputados do Recife. Aderindo à tática política de luta armada para manter sua posição deram à ação dos vários grupos de revoltosos o caráter de uma *rebelião*.



CONCLUSÃO.

O liberalismo no Brasil, na primeira metade do século XIX, apresenta padrões de comportamento bastante específicos e tentar compreendê-los à luz de normas do liberalismo europeu significa tirar-lhe o que tem de mais característico.

Como foi visto, os movimentos abordados guardam entre si uma grande diferenciação. A Confederação do Equador (1824) em Per-

(21). — Mencionadas nos Relatórios do Chefe de Polícia da Província para o ano de 1847.

(22). — “Os engenhos de açúcar dos caudilhos da Praia eram, ao mesmo tempo, bases de operações, fontes de efetivos, provisões e munições e caminho seguro para as forças liberais”. Conf. Edison Carneiro, *op. cit.*, pág. 44.

nambuco se inicia com um ato de sedição efetivado em Recife e que recebe sucessivas adesões por parte das Câmaras do interior; as pessoas que ocupam cargos de responsabilidade no governo revolucionário são muitas delas ligadas a interesses ao mesmo tempo rurais e urbanos, e as tropas “revolucionárias” se constituem de contingentes vindos da cidade e do interior da província. Em 1837 na Bahia, o caráter urbano do movimento parece evidente não só pela propaganda (em defesa dos ideais democráticos) que o precedeu e pela adesão da Tropa de Linha e dos extratos dominados da cidade (evidenciado nos Autos de Processo) mas principalmente pelo fato da repressão ser articulada no Recôncavo, pelos extratos dominantes da província (compostos por elementos ligados diretamente ao setor rural da sociedade) contra a rebeldia da cidade. No movimento praieiro, em 1848, a distinção urbano-rural dilui-se e o que se pode perceber é uma perfeita integração entre a capital e o interior: o movimento inclui ações simultâneas e articuladas entre os dois campos, nos quais atuam personagens do mesmo grupo social, quando não os mesmos atores, como por exemplo a ação dos deputados que dirigem o movimento nas tribunas, na imprensa e terminaram por ligar-se aos grupos armados organizados por autoridades do interior; ao contrário do movimento ocorrido em 1824, no movimento de 1848 a luta armada se deu, quase que exclusivamente, no interior da província.

O caráter específico (regional) de cada um desses movimentos evidencia a impossibilidade de englobá-los em um único modelo de explicação.



INTERVENÇÕES.

Da Prof.^a *Ana Lúcia da Silva* (UCGo).

Disse que a comunicação informa a análise das categorias de urbano em oposição ao rural.

Pergunta:

“Que parâmetros foram utilizados para a formulação de tais categorias?”



Da Prof.^a *Helga I. L. Piccolo* (UFRGs).

Disse que a pergunta na etapa em que se encontra, permite comprovar se a proclamação da República Baiana pode ser considerada como ato de um movimento de caráter separatista?

O papel da maçonaria na Sabinada é objeto da pesquisa? Em caso afirmativo, qual o papel da maçonaria no movimento?

*

Do Prof. *Luis Palacin Gomes* (UFGO).

Disse:

“Insistindo na observação da Prof.^a Ana Lúcia Silva, creio que não é fácil conceituar “urbano” e “rural” na Bahia e Pernambuco. É uma constante desde o século XVI nas capitais — Salvador, Olinda, Recife — que a população urbana vivia em grande parte ligada à zona rural”.

*

Do Prof. *Nelson de Moura* (UFMG).

Pergunta:

“A equipe pretende caracterizar particularmente a Sabinada como fenômeno típico de movimento urbano, em contraposição a todos os movimentos liberais do século XIX no Brasil?”

*

Da Prof.^a *Alice Piffer Canabrava* (FCEA/USP).

Afirma que ao nível conceitual, não cabe a caracterização fundamental que distingue a cidade: o aglomerado de população que produz para exportar (bens e serviços) e importa para sobreviver. Esta é a cidade propriamente dita. Parece-lhe que nos textos em estudo, a distinção é feita quanto ao local de residência — a área rural ou o núcleo chamado “urbano”, sem possibilidade, aos autores da comunicação, de uma vinculação conceitual.

* *

*

**RESPOSTAS DOS PROFESSORES SÉRGIO LOBO DE MOURA,
IZABEL MARSON e ZÉLIA CAVALCANTE.**

Disseram:

“À Prof.^a *Ana Lúcia da Silva*.

Os termos *rural* e *urbano* foram utilizados para denominar o interior e a Capital da Província, respectivamente. A oposição as-

sinalada na intervenção não foi assinalada no trabalho; ou seja, não se procurou, ao caracterizar as insurreições, demonstrar uma oposição entre áreas urbanas e áreas rurais durante o século XIX brasileiro, mas apenas demonstrar que nem todas as insurreições chamadas liberais registradas no Brasil se efetuaram na Capital da província em que ocorreram”.

*

À Prof.^a *Helga I. L. Piccolo*.

Inicialmente, gostaríamos de dizer que, no estágio em que se encontra a pesquisa, o movimento de 1837 na Bahia parece não poder ser caracterizado como republicano. Embora tenha por função estabelecer, na província, um governo autônomo do governo regencial, a autonomia que o movimento requeria não implicava em mudança do regime político em vigor, mas apenas em autonomia administrativa frente à Regência. O separatismo proclamado apresentase como uma variável possível e interna aos quadros da política imperial.

O papel da maçonaria na Sabina não é objeto de pesquisa.

*

Ao Prof. *Luiz Palacin Gomes*.

Não foi intenção dos autores tentar conceituar *urbano* e *rural* na Bahia e Pernambuco durante o século XIX, pois o problema não se coloca em termos de *dificuldade* de conceituação, mas sim de *impossibilidade*. Como já foi dito, os termos *urbano* e *rural* (e não as categorias) foram utilizados para denominar a Capital e o interior da Província, respectivamente.

*

Ao Prof. *Nelson de Moura*.

Não. De forma alguma foi essa a intenção da equipe. Em primeiro lugar, apenas três movimentos da primeira metade do século XIX são objeto de estudo nesta comunicação, não por serem considerados mais significativos e sim por constituírem objeto de pesquisas desenvolvidas atualmente pelos autores; assim, não se poderia opor um dos movimentos estudados a “todos os movimentos liberais do século XIX no Brasil”. Em segundo lugar, o objetivo principal do trabalho é, justamente, demonstrar a impossibilidade de se reduzir a um mesmo esquema explicativo todas as chamadas “insurreições liberais” do século XIX brasileiro; ou seja, a partir do estudo de três insurreições se procurou negar esquemas generalizantes e frizar a especificidade de cada movimento em particular.

*

À Prof.^a *Alice Piffer Canabrava*.

Agradecemos à Prof.^a haver precisado os termos em torno dos quais os debates se perdiam, possibilitando aos interpelantes a compreensão da utilização feita pelos autores dos termos “rural” e “urbano” na comunicação.